

PEDAGOGIA DO ARCO-ÍRIS: REIVINDICAÇÕES EDUCATIVAS DO MOVIMENTO LGBTT DE PERNAMBUCO

ALLENE LAGE^{*}
CLEYTON FEITOSA^{**}

RESUMO

Este trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa documental, através da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2001), desenvolvida a partir do documento fruto da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) de Pernambuco. A Conferência aconteceu em Novembro de 2011, na cidade de Itamaracá, reuniu ativistas desse estado e se configurou como uma das etapas da II Conferência Nacional LGBTT. Analisamos o Caderno de Resoluções, suas características, estrutura, virtudes e fragilidades. Também focamos as prioridades na área da Educação apontadas pelo Movimento LGBTT no evento. As nossas conclusões apontam para lacunas e carências de políticas públicas efetivas LGBTT.

Palavras-chave: Educação. LGBTT. Ausências. Emergências. Conferências.

ABSTRACT

This paper presents the results of a research based on the technique of content analysis (Bardin, 2001) and developed from the final document of the II State Conference on Public Policy and Human Rights of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBTT) of Pernambuco. This conference, which took place in November 2011 in the city of Itamaracá, gathered activists from all parts of the state and was one of the phases within the II National LGBTT Conference. We analyzed the Final Resolutions, its characteristics, structure, strengths and weaknesses. We also focused on the priorities appointed by the LGBTT Movement in

^{*} Pós-doutora em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2006). Desde março de 2006, é Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco/Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea e Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina da UFPE/CAA. Endereço eletrônico: allenelage@yahoo.com.br.

^{**} Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. Assessor Municipal de Políticas para LGBT da Gerência de Direitos Humanos/Secretaria Especial da Mulher de Caruaru – PE. Endereço eletrônico: cleyton_feitosa@hotmail.com.

the area of Education. Our findings point to the existence of gaps in and the need for more effective public policies on LGBTT.

Keywords: Education. LGBTT. Absences. Emergencies. Conferences.

1. A QUESTÃO LGBTT

Foi na noite de 28 de Junho de 1969, nos Estados Unidos da América, em um bar chamado Stonewall Inn que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) se revoltaram contra a tirania e a opressão homofóbica e, organizados/as, resistiram à truculência da polícia local que ameaçava a sociabilidade, o lazer e a interação daquelas pessoas. Esse episódio ficou conhecido como a Revolta de Stonewall (SIMÕES, FACCHINI, 2009).

Certamente, a população LGBTT, há tempos, já resistia contra o disciplinamento de corpos, identidades e sexualidades nas microrrelações de poder (FOUCAULT, 1979; 1988). Entretanto, a ausência de organização política para enfrentar as iniquidades sociais faziam sentir-se de modo muito mais intenso as dores da diferença.

Os padrões, discursos, instituições e dispositivos forjados e construídos ao longo da história, para promover a legitimidade da heterossexualidade como única expressão sexual e identitária possível, terminaram por definir o que hoje é conceituado por heteronormatividade (LOURO, 2012).

Nesse cenário, a homofobia (BORRILLO, 2010) tem servido não apenas para cercear a cidadania de LGBTTs¹, mas para promover uma sociedade vigilante contra aqueles e aquelas que ousam amar, relacionar-se, expressar-se e viver diferente consoante às normas de gênero e sexualidade impostas socialmente.

Esse rígido contexto tem exigido da população LGBTT posturas de militância, com vistas a enfrentar coletivamente seus problemas, visando à superação das desigualdades sociais que recaem fortemente sobre esse segmento. Fruto dessa conjuntura, encontramos movimentos sociais populares organizados de LGBTTs.

A partir da organização e da luta política, o Movimento LGBTT tem definido estratégias e ações diversas para a conquista da cidadania plena, efetivação dos direitos humanos e vivência real da

¹ LGBT ou ainda, LGBTTTs, é a sigla construída pelos movimentos sociais para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros.

dignidade humana e qualidade de vida. Dentre muitas estratégias desenvolvidas, a aproximação e diálogo com o Estado constituem uma das principais apostas desse segmento, sem perder a independência em suas decisões.

Não é por acaso que temos visto uma crescente evolução de políticas públicas específicas voltadas para a população LGBTTT, demandadas pelos/as ativistas que, ora pressionam, decorrendo daí parcerias com o Estado visando à responsabilização dessa instância na harmonia social e na garantia de direitos plenos.

No campo da saúde, com efeito, a cobrança social pela diminuição de infecções de AIDS pela população LGBTTT, a pressão por programas educativos que intervenham em relações homofóbicas nas escolas, a reivindicação por um país com mais segurança pública, a elaboração de leis e outros instrumentos legais, demonstram que o Movimento LGBTTT tem visto no Estado, as formas de regulação e reparação de injustiças históricas, bem como promoção da igualdade.

Essa relação é concebida na década de 1990 por um forte processo de criação de Organizações Não Governamentais, impulsionado pela política neoliberal vigente à época, que previa o desmonte dos movimentos sociais e a formação de grupos organizados aptos, através de institucionalização, para atuar como parceira do Estado, executando seus projetos financiados por meio de disputas em que prevalecia o domínio técnico de procedimentos administrativos (PEREIRA, 2008).

Já na década de 2000, temos assistido a um processo em que coexistem ONGs e Movimentos informais na busca por direitos, além de uma ampliação no que concerne à participação social. Essa conjuntura tem proporcionado uma necessidade maior por participação e influência mais direta sobre as decisões governamentais. Diversos atores e atrizes sociais têm questionado o princípio da democracia representativa e têm buscado romper com esse pensamento, através de vozes políticas como a conhecida frase “Não me representa”.

Esse cenário pulsante tem exigido dos órgãos governamentais repensar as relações institucionais entre governos e sociedade civil, observando a implementação de políticas de participação social² que aproximem os canais de diálogo. Com

² Recentemente, o governo federal brasileiro lançou consulta pública para criação de um Sistema Nacional de Participação Social cuja previsão sinaliza a ampliação de instrumentos e canais de participação como Conselhos e Conferências, dentre outros.

evidência, temos visto milhões de pessoas irem às ruas exigir direitos (GOHN, 2012).

Nesse contexto, insere-se o Movimento LGBTQT, protagonizando inúmeras iniciativas para o fortalecimento de políticas públicas específicas para a promoção dos direitos humanos. Sua participação social se dá de muitas maneiras e formatos. Uma delas em destaque é a presença nas Conferências de Políticas Públicas. Conferências são espaços institucionalizados de participação ativa que visam ao levantamento de prioridades públicas de diversos segmentos (FARIA, SILVA e LINS, 2012).

Algumas ações têm sido implementadas na perspectiva da ampliação das conexões entre o Movimento LGBTQT e o Estado. A esse respeito, Júlio Simões e Regina Facchini apontam que

Mais recentemente, outro passo na direção do fortalecimento das conexões com o Estado foi dado com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004. A partir de 2005, algumas iniciativas do programa começaram a ser postas em prática, com os editais para apresentação de projetos voltados ao combate e à prevenção da homofobia, incluindo a oferta de aconselhamento psicológico e assessoria jurídica; e à qualificação de profissionais da educação nas temáticas de orientação sexual e identidade de gênero (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 145).

Assim, é possível afirmarmos que as conexões entre o Movimento LGBTQT e o Estado se estreitaram, devido à pressão social que o debate sobre o tema vem exigindo. Contudo, não se pode ainda dizer que é definitiva essa conexão, pois se encontra na esfera dos programas governamentais, que são provisórios e não no campo das políticas públicas, que independe da relação do Movimento com cada governo.

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR E DIVERSIDADE SEXUAL

Partindo para a educação escolar, sabemos que a violência faz parte das sociedades e como tal, encontra-se presente na educação brasileira. É notória a presença de atos violentos no espaço escolar e outras formas de violação dos direitos humanos. Trata-se de um problema que não acomete apenas o Brasil. Nesse sentido, destacamos a opressão contra a população de mulheres e a pessoas com orientação homossexual, bissexual e identidades de gênero travesti e transexual, frutos do machismo e da homofobia social fortemente enraizada em algumas culturas (BORRILLO, 2010).

Por muitos anos, o Estado, através dos governos e suas administrações, negligenciou o direito de mulheres, negros/as e LGBTTs uma educação de qualidade, corroborando assim com a prática da violência misógina e homofóbica no chão da escola, decorrente de muitos fatores, mas um deles merece destaque que a formação inadequada ou ausente dos professores nesse tema. Podemos considerar que a não intervenção e omissão estatal sobre essa violência constituiu e constitui em si uma violência simbólica que silenciou e excluiu essa população da educação e, por conseguinte, da sociedade. Por isso, demandam-se mais pesquisas sobre homofobia nas escolas:

Ao ser não apenas consentida, mas também ensinada, a homofobia adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que nos permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas. Somos também desafiados a construir indicadores sociais de homofobia nos sistemas escolares para, entre outras coisas, formularmos, implementarmos e executarmos políticas educacionais inclusivas (JUNQUEIRA, 2009, p. 16).

É válido observarmos que, na nossa sociedade, hierárquica, individualista, consumista e forjada em relações de poder, a violência contra o/a outro/a está banalizada e com essa banalização muitas pessoas sofrem sob a égide dos padrões coloniais através das violências de gênero, sexualidade, raça, etnia, geração, religião, classe social e outros.

Por tempos, pensou-se que a violência na escola, praticada contra pessoas pertencentes a grupos sociais subalternizados, acontecia apenas na relação estudante-estudante, como um ato isolado. Hoje se sabe que o próprio Estado, através de seus servidores públicos (professores/as, gestores/as e outros/as agentes), regimentos, currículo, organização e outros elementos do sistema escolar foram (e continuam sendo) agentes de discriminação e subalternização da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual e de mulheres (heterossexuais ou não), as quais, no último caso, sofrem com as relações estratificadas de gênero que determinam lugares, condutas, e comportamentos sociais.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui.

Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem diferentes sujeitos (LOURO, 1997, p. 58).

Do mesmo modo, não há uma linearidade na prática dessa violência social, podendo partir de professor/a para professor/a, gestor/a para funcionários/as, estudante para professor/a e outras formas de relações na escola, resultado de uma forte hierarquização sexual construída historicamente nas sociedades (PRADO E MACHADO, 2008), sobretudo como a nossa que fora colônia de um país fortemente cristão, com valores sexuais bastante enraizados na sua cultura. Louro, nesse sentido, vai além ao afirmar que a escola produz, a partir de modelos heteronormativos, uma Pedagogia da Sexualidade.

Ao afirmarem que a escola é um dos locais onde a heteronormatividade pode ser “ensinada”, os/as autores/as caminham na direção do que pensa e aponta Guacira Louro em “Pedagogias da Sexualidade” (LOURO, 2001). Para a autora, a escola move muitos esforços para ter controle sobre os corpos e as identidades sociais que estão em processo de transformação ao colocar em circulação determinados discursos sobre o sexo e o corpo. Como ela denuncia a seguir, as pedagogias da sexualidade que a escola movimenta são muito intensas e ocupam grande importância em toda a estrutura subjetiva e objetiva das instituições de ensino:

A escola é um espaço obstinado na (re) produção e atualização dos parâmetros da heteronormatividade, a qual está no cerne das concepções curriculares de uma escola empenhada em garantir o êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero (BUTLER *apud* JUNQUEIRA, 2010, p. 02).

Essa monocultura sexual gera uma série de implicações na dinâmica pedagógica como o “silêncio” acerca de determinados assuntos ou a “dessexualização” que objetiva desautorizar a escola em sequer tratar de certos temas. Essas, por sua vez trazem fortes consequências sociais e políticas.

Quando à pressão pelo diálogo sobre sexualidade vem à

tona, isso é feito carregado de estigmas, preconceitos e deturpações; deseducam ao tratar de maneira hostil e excludente aqueles que não estão atrelados a corpos, gêneros e sexualidades “normais”, tais como meninos efeminados ou meninas masculinizadas, gays, lésbicas, travestis, transexuais, interssexuais, entre outros/as. Nessa direção, a orientação sexual sequer é discutida.

No entanto, as referências heterossexistas, os discursos heteronormativos, a invisibilidade da diversidade sexual e outras práticas educativas apontam, desde os primeiros anos da escola, o padrão hegemônico pelo qual homens e mulheres devem se adequar.

A noção de “pedagogias da sexualidade” nos obriga a refletir sobre o próprio estatuto da sexualidade humana ao realizar o seu câmbio do plano da biologia para o da sociologia e da filosofia ao questionar: se a sexualidade heteronormativa é concebida como construção “natural” por que há todo um controle e vigilância sobre os corpos, as práticas, as falas, os gestos?

Essa resposta tem sido dada pelos estudos *Queer*, que ao trazer o pensamento anti-humanista e discursivo foucaultiano acerca da sexualidade (FOUCAULT, 1988) se arrisca a dizer que as identidades sexuais só existem enquanto proposta discursiva, enquanto meio de disciplinamento das condutas sexuais.

A heterossexualidade como normalidade, por exemplo - e mesmo a homossexualidade como seu polo de oposição, sua alteridade radical - só existe enquanto realidade virtual, objetivada. É um modelo ideal, mas para fins de controle político; isso não significa que exista uma essência ou natureza sexualmente estável no nível da heterossexualidade ou da homossexualidade.

Nessa direção, compreendendo a educação como fenômeno repressor, formativo e emancipador é que consideramos a escola como importante *lócus* de conscientização da população para o reconhecimento da diversidade sexual e das relações de gênero. O debate das relações de gênero está, inclusive, garantido nos Parâmetros Curriculares Nacionais que indicam a inserção dessa discussão como tema transversal nas diferentes disciplinas curriculares, embora ainda insuficientes para dar conta de modo mais efetivo das demandas no campo do gênero, da sexualidade e da educação.

Nesse texto especificamente, iremos nos deter sobre a participação do Movimento LGBTT de Pernambuco nas Conferências LGBTT, com foco na área da Educação.

Intencionamos analisar que propostas de ações públicas foram apontadas pela sociedade civil organizada nesses espaços de construção coletiva.

Conhecer o modo como se desdobra o pensamento coletivo do Movimento LGBTTT para combater a violência homofóbica presente nas escolas pernambucanas é objeto desse texto, na medida em que as conferências são espaços de negociações, trocas, partilhas, socialização de experiências, consensos e dissensos relativos e absolutos.

Como campo empírico, elegemos a II Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Pernambuco (CPPDHLGBT-PE), por ter sido a mais recente e por envolver mais atores e atrizes sociais do Movimento LGBTTT pernambucano num processo de conferência.

3. II CONFERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS LGBT³ DE PERNAMBUCO

A II Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do estado de Pernambuco (CPPDHLGBT-PE) aconteceu no mês de Novembro de 2011, num hotel do litoral Pernambuco (Ilha de Itamaracá), e reuniu diversos sujeitos que pautam em suas cotidianidades a questão LGBTTT.

Também participaram agentes públicos, representantes de organismos federais, estaduais e municipais, além de Conselheiros e Conselheiras LGBTTT. Esse conjunto plural de sujeitos presentes na atividade representa avanços significativos na luta por direitos, dignidade e cidadania da população LGBTTT, ratificando a responsabilidade do Estado para com a promoção da qualidade de vida de LGBTTTs, incluindo o combate à discriminação.

³ A sigla utilizada nesta Conferência foi a “LGBT” com apenas um “T” e como tal, a reproduziremos quando se referir ao evento específico.



FIGURA 1 – Registros da II Conferência LGBT de Pernambuco

A II CPPDHLGBT-PE pode ser destacada pela presença do número de ativistas e demais representantes de segmentos sociais, em comparação com a primeira edição, sinalizando que há novas ordens no tocante à complexidade da política da diversidade sexual e dos direitos humanos no Brasil e em Pernambuco.

A política é construída a partir de paradoxos (Scott, 2005), ela é a negociação do impossível. Reconhecer e manter uma tensão necessária entre perspectivas universalistas e particularistas contribui para ampliar e radicalizar a democracia. A inserção de uma política de direitos LGBT numa política de direitos humanos é estratégica como via de politização do debate (CARMONA; PRADO, 2009, p. 9).

De fato, a política é composta de paradoxos e a ampliação da democracia brasileira tem possibilitado a insurgência de novos espaços participativos e instrumentos de participação como as conferências. Sua construção se dá muito antes, através de um

processo que envolve os entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

No primeiro semestre de 2011, a Presidenta da República Dilma Rousseff, e a Ministra-Chefe de Direitos Humanos do Brasil Maria do Rosário convocam a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNLGBT) sob o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

A convocação dessa II CNLGBT acontece num contexto de intensa disputa ideológica entre o Movimento LGBTTT e a bancada conservadora do Congresso Nacional, envolvendo as ações desenvolvidas no Poder Executivo e, por conta desse contexto político, significou um avanço para a população LGBTTT tal convocação.

Esse desdobramento provoca os estados e municípios a convocarem e realizarem as suas conferências LGBTTT, o que nem sempre foi atendido pelos/as chefes do Executivo estaduais e municipais. Importa então analisar as fragilidades presentes no complexo desenvolvimento de uma Conferência Nacional. Ela é construída por muitas mãos e exige empreendimentos coletivos, a articulação de interesses diversos e a necessidade de romper com os interesses individuais.

A não realização de uma Conferência LGBTTT nas localidades reflete o embate de forças políticas na disputa ideológica construída nesses espaços, o nível de organização e articulação do Movimento LGBTTT, e o estabelecimento de prioridades nos diversos governos. A participação está para além de um projeto político personalizado ou partidário e apresenta dimensões pedagógicas.

A participação tem valor em si mesma, por isso não é um instrumento tal de um projeto político. Podemos dizer que a participação tem duas dimensões fundamentais interligadas e que interagem permanentemente: a dimensão política e a pedagógica. Participação, antes de mais nada, é partilha de poder e reconhecimento do direito a interferir de maneira permanente nas decisões políticos (dimensão política). É também a maneira pela qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressadas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como estes grupos se percebem como cidadãos e cidadãs (MORONI, 2005, p.288).

Essa descentralização do poder rompe paradigmas políticos que beneficiam minorias com privilégios históricos. Por isso, é

possível perceber resistências e dificuldades na realização de uma conferência e quando se trata de uma população estigmatizada, outros elementos entram em disputas.

Trazendo para realidade pernambucana, encontramos um cenário complexo e multifacetado, em que temos de um lado, prefeituras engajadas socialmente com a discussão das necessidades cidadãs LGBTT, e do outro, prefeitos e prefeitas conservadores, leigos ou desinteressados na temática. Ainda percebemos contextos em que a população LGBTT está desarticulada politicamente ou consideravelmente organizada, a depender do município de que se trata.

Ao nível da política pública LGBTT estadual, existe uma realidade complexa, em que algumas Secretarias se colocam favoráveis à questão e desenvolvem ações e iniciativas na área, enquanto outros órgãos se apresentam omissos. Ao nível concreto, desde o ano de 2009, o Governo de Pernambuco disponibiliza uma Assessoria Especial de Diversidade Sexual, de caráter articulador e transversal, que apresenta dificuldades de atuação, seja pela ausência de recursos materiais e humanos, seja pela força política e interventiva de que dispõe.

O Governo do Estado também disponibilizou recentemente um Centro Estadual de Combate à Homofobia, com vistas a atender vítimas e familiares de violência homofóbica no estado de Pernambuco. O paradoxo está em disponibilizar o serviço com dificuldades básicas de prestação.

Este Centro localiza-se na capital pernambucana, o que impede uma atuação mais intensiva nos municípios do interior, sobretudo, os mais distantes. Além disso, o serviço dispõe de uma equipe insuficiente diante do histórico de violências cometidas em Pernambuco.

Além da Assessoria e do Centro de Combate à Homofobia, tem-se ainda em Pernambuco alguns Centros de Referência em Direitos Humanos, com atendimento ao nível regional e a populações diversas como idosos, crianças, negros/as, pessoas com deficiências e LGBTTs.

Nessa direção, consideramos necessário apresentar a conjuntura das políticas públicas LGBTT em Pernambuco para termos mais subsídios de análise do contexto estadual. Ao mesmo tempo em que dispomos de serviços pulverizados, experimentais, frágeis e até precários, visualizamos iniciativas significativas, que não existiam até então e que podem resultar em políticas de Estado – e não de governo, como o são –, mais fortalecidas com o

transcorrer do tempo e com o nível de pressão exercida pelo Movimento LGBTT.

A II CPPDHLGBT-PE foi precedida por conferências municipais, realizadas em alguns municípios - em geral mais próximos dos centros urbanos com maior contingente e da Região Metropolitana do Recife, demonstrando as carências presentes no interior do estado - e conferências regionais para suprir a ausência daquelas conferências municipais.

A CPPDHLGBT-PE foi organizada através de uma programação que contemplou a discussão de demandas populares do segmento LGBTT em áreas diversas, tais como saúde, educação, segurança, cultura, entre outros, revelando a concepção cartesiana e fragmentada de política presente no Brasil e resultou num documento público com todas as propostas de ação pública levantadas.

4. METODOLOGIA

Nosso estudo se deu pela abordagem qualitativa, pois entendemos que essa perspectiva oferece elementos importantes para pesquisas na área das ciências humanas. Na compreensão de Gonsalves “a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (GONSALVES, 2003, p. 68).

O tipo de pesquisa optado foi a do tipo exploratória que, segundo a concepção de Gonsalves,

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (GONSALVES, 2003, p. 65).

No pensamento de Gil, pesquisas de natureza exploratória possuem “o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Também utilizamos, como fonte de informação, documentos produzidos no âmbito da participação social do Movimento LGBTT na II CPPDHLGBT-PE, especificamente o Caderno de Resoluções resultante deste evento, publicado e distribuído em 2012 pelo

governo do estado de Pernambuco. Esses materiais sistematizados foram ricas fontes que indicaram os caminhos os quais o Movimento LGBTT entende ser necessários trilhar para a conquista da emancipação, da cidadania e da dignidade humana.

Foi objeto de estudo a formatação desse documento, além de outras informações referentes a ele como a verificação de que se há previsão orçamentária, previsão temporal de execução e qual será a unidade/órgão governamental responsável pela política, entendendo que ações educacionais podem vir a ser implementadas por outras secretarias, que não apenas a de educação. Esse tipo de informação indica, também, a concepção de administração pública adotada por aquela gestão: se departamentalizada ou transversal. Também foram analisadas as reivindicações educativas contidas nele.

As fontes de informação elencadas nesta pesquisa resultaram numa pesquisa documental, entendendo-a como recurso necessário às análises desenvolvidas.

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos [...] Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais (GIL, 2008, p. 147).

Uma primeira aproximação da técnica de Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2001), foi a opção metodológica escolhida para o tratamento dos dados coletados. A fim de obter respostas mais precisas e racionais, sistematizamos a análise do documento resultante da II CPPDHLGBT-PE (Caderno de Resoluções) em quatro categorias: natureza do documento; organização do documento; planejamento do documento; monitoramento e avaliação do documento.

5. ANÁLISES

5.1 Caderno de Resoluções da II Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT de Pernambuco

Conforme apresentado no capítulo anterior, em 2012, foi publicado pelo governo do estado, através da Assessoria Especial de Diversidade Sexual, um documento contendo informações relativas à construção feita na II CPPDHLGBT-PE.

Nele encontramos o conjunto de Secretarias Estaduais envolvidas na realização do evento, a comissão organizadora (Movimento LGBTT e do Poder Público), as propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho Temáticos (Educação, Saúde, entre outros) e na Plenária Final, além do corpo de delegados e delegadas eleitos/as para representar a bancada pernambucana na Conferência Nacional, em Brasília.

Em nossa análise desse documento, verificamos elementos que falam para além das informações dispostas nele, que foram fruto de uma construção complexa e coletiva. Em nossa análise, realizamos recortes sistematizados, com o intuito de organizar a análise em categorias distintas acerca do documento. São elas, conforme já dito anteriormente: natureza do documento, organização do documento, planejamento do documento, monitoramento e avaliação do documento.

5.1.1 Natureza do documento

Um dos aspectos que nos intrigou na análise do documento foi descobrir o que significa esse documento para a efetivação das políticas públicas LGBTT. Que força política ele detém? Que impacto no governo estadual ele estabelece? Que influências ele exerce na educação de Pernambuco? São questões complexas que precisariam de um estudo mais aprofundado sobre o impacto das Conferências Estaduais em Pernambuco e como influenciam nas decisões governamentais.

Um elemento que nos chamou a atenção foi a ausência de uma definição clara para esse documento e seus objetivos. Sua capa traz uma arte (uma flor colorida) que alude às cores do arco-íris, uma estética agradável, mas não indica do que se trata o material. Trata-se de um Plano Estadual? Planejamento? Anais? Conjunto de propostas apontadas ou metas a serem atendidas pelo governo estadual? Houve algum tratamento, ajuste, organização, estabelecimento de prioridades em suas disposições desde a

Conferência até a publicação dele?

Vemos apenas a marca oficial do evento e nada mais. Essa ausência de definição pode ser interpretada como um indício do compromisso de efetivação de uma política pública para cidadãos e cidadãs LGBTT em Pernambuco. Também não sinaliza o nível de prioridade pública do governo estadual sobre a matéria LGBTT. Ainda assim, pode-se argumentar que a política LGBTT no Brasil como um todo é frágil. Abaixo, segue imagem da capa desse documento:

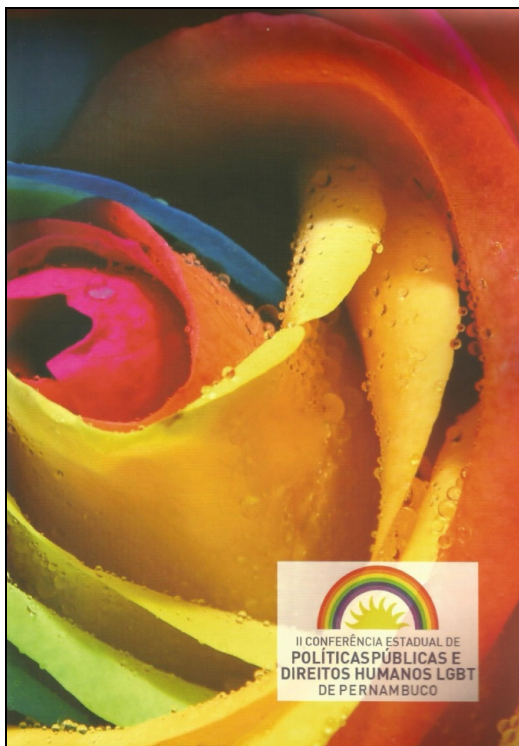


FIGURA 2 – Capa do Documento resultante da II Conferência LGBT de Pernambuco

5.1.2 Organização do Documento

Referente à estrutura e organização do documento, constatamos uma disposição clara, simples e objetiva. Sua organização compreende cinco categorias principais: Comissão Organizadora, Apresentação, Resoluções, Delegados/as eleitos/as e Anexos, dispostas ao longo de vinte e seis páginas.

No trecho com a apresentação da Comissão Organizadora, contabilizamos 10 integrantes do Governo Estadual e 13 do Movimento LGBTT e suas diversas organizações. Notamos contradições que versam sobre a presença em sua maioria de membros da sociedade civil organizadas, contudo quase todos e todas da Região Metropolitana do Recife, demonstrando a dificuldade que o governo do estado de Pernambuco encontra em interiorizar a participação social e a escuta das organizações LGBTT, ou até mesmo o desconhecimento do nível de organização desse movimento no interior do estado.

Na segunda categoria do documento, lemos uma breve apresentação. Trata-se de um texto de uma página inteira informando sobre a inclinação que o governo de Pernambuco tem para o desenvolvimento de políticas públicas LGBTT. São mencionadas a realização da I Conferência Estadual GLBT (2008), a criação da Assessoria Especial de Diversidade Sexual (2009) e a própria II CPPDHLGBT-PE, a última com mais ênfase, apontando os objetivos propostos no evento em questão. Há ainda um agradecimento a três conjuntos organizados do Movimento LGBTT de Pernambuco pela parceria.

Na terceira parte, encontramos o coração do documento: as resoluções organizadas por setores bem delimitados. São eles: Educação; Cultura; Lazer, Esporte e Turismo; Trabalho; Legislação; Saúde; Segurança; Direitos Humanos. Debruçemo-nos sobre as resoluções no tópico a seguir.

Na quarta e penúltima categoria, temos acesso aos delegados e às delegadas eleitas nesta II CPPDHLGBT-PE. No tocante à sociedade civil, contabilizamos 15 integrantes do Movimento LGBTT, sendo 8 do gênero feminino (lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais) e 7 do gênero masculino (gays, homens bissexuais e homens transexuais). Notamos a presença dominante de pessoas da Região Metropolitana do Recife e algumas, em menos quantidade, das regiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão pernambucanos. Em relação à representação do Poder Público, aparecem 8 integrantes, sendo 7 de Prefeituras Municipais e 1 do Governo Estadual e 5 do gênero masculino e 3 do feminino. Similar ao grupo da sociedade civil, a Região Metropolitana do Recife detém a maioria das vagas.

Nos anexos do documento, estão dispostos decretos do Chefe do Executivo Estadual. Um convocando a II CPPDHLGBT-PE e outro criando Comissão Especial, composta por 10 Secretarias Estaduais e 6 membros da sociedade civil, para acompanhar a

implementação das resoluções levantadas nesse caderno de resoluções, além de registros fotográficos do evento e sua programação.

5.1.3 Planejamento do Documento

Outro ponto de análise desenvolvido neste caderno de resoluções foi procurar responder que informações ele traz sobre a execução das políticas e ações elencadas na II CPPDHLGBT-PE.

A princípio, ele é escasso de informações básicas como, por exemplo, omitindo a definição dos órgãos executores de cada proposta. Em geral, parece-nos haver um entendimento de que as proposições colocadas no GT Saúde seriam de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, entretanto, não é tão simples assim e a política pode parar em interpretações subjetivas de cada gestor ou gestora à frente das diferentes pastas. Há propostas que muito provavelmente não conseguirão ser executadas se não houver a presença de mais de um organismo público ou até de todo o conjunto governamental.

Outra ausência que percebemos é o não estabelecimento de prazos concretos de execução. Não há informações sobre a previsibilidade de essas ações acontecerem ou qualquer menção de que serão efetivadas. Também não se estabelece de onde virão os recursos financeiros para a realização das ações previstas no documento. Esses elementos são preciosos para o exercício do controle social, que termina por ser dificultado com tal fragilidade.

Além disso, indica que não há um comprometimento de todo o conjunto da gestão com a política LGBTT, ficando apenas uma Secretaria (a de Assessoria) responsável por articular as ações nas demais Secretarias. Abaixo reproduzimos um trecho das resoluções:

Direitos Humanos

1. Propostas Estaduais:

- a) Criação e implantação, em instância governamental de 01 Secretaria LGBT autônoma, formada por equipe multidisciplinar, com orçamento próprio, que construa e consolide políticas públicas visando a defesa e promoção da cidadania LGBT;
- b) Garantir ações afirmativas antidiscriminatórias visando o fortalecimento da cidadania de idoso/as LGBT;
- c) Contemplar nos boletins de registros de ocorrências e formulários de atendimento em órgãos públicos a identificação de orientação sexual e identidade de gênero, para fins estatísticos e de formulação de políticas

- públicas e estratégias de ações de atendimento;
- d) Criar instrumentos para notificação dos índices de violência contra LGBT;
 - e) Garantir ações afirmativas relativas à identidade de gênero e orientação sexual, bem como enfrentamento da Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia, através de campanhas publicitárias educativas na mídia (televisão, rádio, jornal, revistas, outdoors, etc.).

2. Propostas Nacionais:

- a) Criminalizar a homofobia com base no Projeto de Lei Complementar n° 122/06;
- b) Implementar no curso de formação da polícia federal, militar, civil, corpo de bombeiros e agentes penitenciários disciplina que trate de identidade de gênero e do Direitos à livre orientação sexual, racismo e laicidade (PERNAMBUCO, 2012, p. 18).

5.1.4 Monitoramento e Avaliação do Documento

O Caderno não informa claramente como será desenvolvido o acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas previstas nas resoluções e nem a origem dos recursos para isso.

Há apenas, nos anexos, a publicação de um Decreto criando uma comissão especial compostas por 16 membros, sendo 10 representantes de Secretarias Estaduais diversas e 6 pessoas da sociedade civil indicadas por entidades LGBTTT legalmente constituídas, com duração de 180 dias podendo ser prorrogada. O que, por si só, já denota o poder do Estado em comparação com o do Movimento nas decisões.

Nessa direção, não temos informações de como foram feitas as indicações pelo Movimento LGBTTT, a participação das Secretarias, a metodologia de trabalho, o local e horário dos encontros, as resistências e dificuldades encontradas ou avanços e conquistas obtidos.

É válido ressaltar que o papel de fiscalização das políticas públicas em sociedades democráticas é exercido por Conselhos setoriais de políticas públicas. Nesse caso, seria um Conselho Estadual LGBTTT o responsável por desempenhar esse trabalho, mas o documento não sinaliza essa concepção ou indica sua futura criação.

6. ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES EDUCATIVAS

No tópico referente à educação, encontramos um conjunto rico de ações e políticas emergentes. Esse conjunto possibilita a

visualização de emergências educativas para a superação da homofobia em suas múltiplas manifestações e as ausências no campo do direito à educação pública e de boa qualidade.

Essas ausências são discutidas com mais profundidade em diversos estudos que investigam as relações escolares, cotidiano escolar e homofobia, bem como os discursos dominantes na Educação e nos processos pedagógicos, além de recortes investigativos nas escassas políticas educacionais e seus desdobramentos (JUNQUEIRA, 2009).

Referente às resoluções publicadas no tópico sobre educação, enumeramos oito propostas, metas ou orientações, de acordo com a compreensão do governo do estado sobre esse documento. São elas:

Educação

1. Propostas Estaduais:

- a) Garantir assento no Conselho Estadual de Educação para o Movimento LGBT organizado;
- b) Realizar no Dia da Família, entre outras atividades no âmbito escolar, debates e campanhas educativas consolidando os Direitos Humanos LGBT e enfrentando a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia, garantindo a transversalidade de raça e gênero;
- c) Criar um programa com atividades de orientação sexual e respeito às questões LGBT e afro-descendentes dentro das Casas de Juventude;
- d) Garantir no programa de formação continuada de todos/as profissionais de educação a temática sobre Diversidade sexual, identidade de gênero e étnico racial, com ênfase no combate à Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia. Desta forma, fazendo-se necessários materiais didáticos específicos a partir da educação infantil;
- e) Premiar, através de editais, as Escolas e os/as estudantes da rede pública por produções literárias e demais expressões culturais pelo fim da Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia e pela consolidação do Estado Laico, garantindo a transversalidade de gênero e raça;
- f) Cumprir a execução de medidas legislativas, administrativas e organizacionais necessárias ao acesso e à permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e étnico racial;
- g) Realizar curso de especialização gratuito para profissionais de educação sobre Diversidade sexual, identidade de gênero e

- etnia/raça em parceria com as Universidades, a exemplo do GDE – Gênero e Diversidade nas Escolas;
- h) Financiar, apoiar, incentivar e divulgar os estudos e pesquisas acadêmicas no âmbito da educação sobre as multiplicidades e questões correlatas à orientação sexual, identidade de gênero e etnia/raça (PERNAMBUCO, 2012, p. 11 e 12).

A **orientação “a)”** traz um aspecto muito interessante de um tema bastante discutido na atualidade: o desejo de ampliação da participação social e do diálogo entre governo e sociedade civil. Também denota uma das estratégias políticas do Movimento LGBTT que versa sobre a ocupação dos espaços políticos e influenciadores na elaboração das políticas públicas. Na perspectiva da participação, Gohn diz que

Os conselhos gestores são importantes porque são frutos de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. Por terem sido promulgados no contexto de uma avalanche de reformas do Estado, de caráter neoliberal, vários analistas e militantes de movimentos sociais descreditaram os conselhos enquanto possibilidades de participação real, ativa, esquecendo-se de que eles foram reivindicados e propostos pelos movimentos em passado recente. As novas estruturas inserem-se na esfera pública e, por força de lei, integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos, portanto, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada (GOHN, 2011, p. 88-89).

Garantir um assento LGBTT no Conselho Estadual de Educação significa garantir que a pauta da diversidade sexual será uma constante nas discussões desse instrumento e pode resultar em ações para esse segmento no campo da educação.

Sobre a **orientação “b)”**, ela trata de um tema também contemporâneo, superado em algumas instâncias sociais – presente no Judiciário, por exemplo - e combatido ou resistido em outros - presente no Legislativo brasileiro -, a discussão sobre família e os novos arranjos familiares presentes no contexto do final do Século XX e início do Século XXI. Segundo constatação de Melo, Grossi e Uziel, jovens e crianças filhos e filhas de casais gays e lésbicas

Constituem um conjunto crescente de alunos e alunas das escolas brasileiras, até o momento praticamente ignorados, já que a vivência

pública da maternidade e paternidade por gays e lésbicas ainda é uma realidade recente no Brasil. Na escola, essas famílias são geralmente invisíveis, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos e filhas a omitirem de seus colegas, professores, funcionários e diretores a composição não-convencional de sua família, especialmente nos casos em que as crianças convivem com um casal de indivíduos do mesmo sexo, por receio de que sejam vítimas de preconceito, de discriminação, e de violência. Poucas são também as iniciativas, nas escolas voltadas a escutar e a respeitar estas diferenças na organização familiar de seus estudantes, mesmo nos casos em que é visível o compartilhamento da guarda das crianças por casais não-heterossexuais (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p. 161).

A relação estabelecida entre família e escola é concebida como a de colaboração, cooperação, acompanhamento e mutualismo. Entretanto, a escola reproduz, em seus discursos e atividades, modelos padronizados e hegemônicos de família, pautada na relação heterossexual, o que resulta em invisibilidades, em não reconhecimento e angústias naqueles/as que não se encaixam nos modelos dominantes de família. A realização do Dia da Família seria mais que uma comemoração, uma forma pedagógica de horizontalizar e reconhecer a diversidade familiar vigente no Brasil da atualidade.

A **proposta “c)”** aponta algumas preocupações presentes no Movimento LGBTT. O modo como nossa juventude é oprimida e bombardeada por modelos heteronormativos, acentuando-lhes a angústia característica dessa faixa etária. Como uma etapa rica de construção de identidades e identificações, a homossexualidade ou a descoberta dela é fator de sofrimento e subalternização.

Os discursos presentes nos círculos sociais dos/as jovens tendem a subestimar identidades LGBTTs e a supervalorizar as heterossexuais. Essa proposta é construída com o objetivo de possibilitar à juventude outros discursos, mais plurais e esclarecedores sobre diversidade sexual ou o livre direito à orientação sexual. Ainda visualizamos na proposta resistências relativas ao racismo, ainda forte na sociedade brasileira.

Políticas educacionais sobre formação continuada e elaboração de material didático-pedagógico específico sobre diversidade sexual são bandeiras de luta antigas do Movimento LGBTT e como tal aparece como proposta de ação na **orientação “d)”**. O corpo docente das escolas não só reproduzem homofobia, como também são vítimas dos discursos heteronormativos

enraizados nas escolas. A formação continuada e os materiais pedagógicos subsidiariam suas atividades e mais que isso, desestabilizariam subjetividades marcadas pelo temor, pelo despreparo e preocupação em tratar o tema em sala de aula.

Geralmente as discussões sobre sexualidades nesse contexto são marcadas pelos preconceitos e limitadas pelo debate da reprodução humana, da descrição da anatomia dos corpos e assim por diante. Ainda é frequente esse debate, e os/as educadores/as, mesmo participando de cursos de aperfeiçoamento, não se sentem confortáveis para alargá-lo. Muitas vezes ao levantar o debate sobre os direitos humanos da população LGBT ou simplesmente analisar questões da diversidade sexual, o/a educador/a terá que se haver com suas próprias questões (TORRES, 2010, p. 52).

De fato, a formação inicial e continuada de professores e professoras na seara da diversidade sexual, gênero e direitos humanos ainda é um desafio contemporâneo no Brasil, especialmente no campo da educação.

Prêmios são utilizados em geral para reconhecer produções e iniciativas pioneiras ou que se destacam. A premiação de atividades culturais nas escolas que visem problematizar a homofobia é mais uma reivindicação do Movimento LGBTTT com vistas a fomentar atividades desse gênero e a encorajar trabalhos nessa direção. Essa reivindicação está alocada na **orientação “e”**.

Atualmente, temos no Brasil o prêmio nacional “Igualdade de Gênero”, promovido pelo Governo Federal (MEC, CNPQ, MCTI e SPM) em parceria com a ONU mulheres. Em Pernambuco, dispomos do Prêmio Naíde Teodósio (Secretaria Estadual da Mulher, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia, Fundação Joaquim Nabuco, Companhia Editora de Pernambuco e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Todos eles com foco especial nas problemáticas de gênero e cidadania da mulher.

Na **orientação “f”**), encontramos uma reivindicação que apela para o cumprimento da legislação vigente visando à garantia do acesso e permanência de todos e todas sem discriminação. Uma resposta à exclusão de LGBTTs do acesso à educação, com ênfase na população transexual, ainda à margem de direitos básicos de cidadania.

As **orientações “g)” e “h)”** trazem um elemento similar: a aproximação da Administração Pública com a produção acadêmica

desenvolvida nas universidades. A primeira orientação reforça a necessidade de formação continuada de docentes evocando parcerias com a Universidade. A segunda, o fomento de pesquisas e estudos sobre diversidade sexual, gênero e outras categorias de análise que se debruçam sobre questões relativas à população LGBTT. Há uma percepção coletiva de que ainda há pouco estímulo e pouco financiamento para investigações científicas na área.

7. CONCLUSÕES

Extraímos do nosso estudo que muito ainda há por fazer para garantir a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil e Pernambuco não se afasta desse dado.

As Conferências têm sido excelentes campos de vivência democrática e construção coletiva de prioridades no desenvolvimento de políticas públicas. Entretanto, precisam ser constantemente aperfeiçoadas, a fim de corrigir suas lacunas e potencializar seus objetivos.

A reflexão crítica, tanto na esfera do Movimento, quanto do estado, quanto do meio científico, pode trazer avanços significativos sobre o impacto que essas conferências exercem sobre o Poder Público e sobre o próprio Movimento LGBTT. Não poderíamos deixar de registrar que, por vezes, o clima de disputa e competição que se instala em muitas das conferências termina por esfacelar movimentos que já trazem um histórico de fragmentação acentuada e, portanto, o avanço da experiência democrática pode contribuir para mudar esse panorama.

Também é desejo nosso conhecer o nível de influência e pressão que as Conferências promovem nas secretarias e departamentos responsáveis pela política pública educacional. Mais do que isso, que as transformações produzidas nas Conferências possam resultar, de fato, em mudanças concretas nas escolas e nas vidas dos sujeitos ligados a elas.

As reivindicações no campo da educação sugerem uma Pedagogia do Arco-Íris. Uma Pedagogia que reconheça a pluralidade e multidimensionalidade dos sujeitos escolares e estabeleça relações mais igualitárias, horizontais e humanas entre todos e todas. Nessa direção, criar instrumentos que fomentem o reconhecimento mútuo da diferença como elemento positivo e inerente à humanidade trata-se de uma perspectiva de mudança. Assim, a possibilidade de uma educação para todos e todas, problematizando dentro da comunidade escolar a homofobia como

fenômeno social a ser desestabilizado. Uma Pedagogia eminentemente do diálogo, proposto por Paulo Freire (2005).

8. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARMONA, Andréa Moreira; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **O universal e o particular na política LGBT**: tensões e diálogos na esfera pública. In: abrapso.org.br. Acesso em: 05/08/2013.

FARIA, Claudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. **Conferências de políticas públicas**: Um sistema integrado de participação e deliberação? Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 249-284.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, “o diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na**

educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em debate, Revista do centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, São Paulo, v. 1 (out./Nov./dez. 1976), p. 288, 2005.

PEREIRA, José Marias. **Curso de Administração Pública:** Foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris:** Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola.** Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

